

ANA MARGARIDA ARRUDA
Universidade de Lisboa, UNIARQ
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7446-1104>

CARLOS PEREIRA
Universidade de Lisboa, UNIARQ
carlos_samuel_pereira@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4116-3602>

ELISA SOUSA
Universidade de Lisboa, UNIARQ
e.sousa@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3160-108X>

ARTUR MATEUS
Mestrando em Arqueologia pela Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
arturmateus@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-3879-1499>

DIOGO VARANDAS
Mestrando em Arqueologia pela Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
dvarandas@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0003-1063-4763>

MARGARIDA RODRIGUES
Mestrando em Arqueologia pela Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
margaridarodrigues@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-9000-9978>

MONTE MOLIÃO DURANTE A DINASTIA ANTONINA:
LEITURAS ATRAVÉS DAS IMPORTAÇÕES CERÂMICAS

MONTE MOLIÃO DURING THE ANTONINE DYNASTY:
READINGS THROUGH CERAMIC IMPORTS

“Conimbriga” LXI (2022) p. 125-156

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_4

Texto recebido em / Text submitted on: 29/03/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 22/02/2022

RESUMO: Os trabalhos arqueológicos realizados em Monte Molião (Lagos, Portugal) permitiram identificar contextos domésticos do século II. O estudo dos materiais neles identificados e em clara associação, muito especialmente das cerâmicas importadas, possibilitou uma leitura integrada que teve em consideração as dinâmicas evolutivas da região algarvia, em particular, e da província da Lusitânia, em geral, durante a dinastia Antonina. O sítio manteve-se integrado nas redes comerciais ativas na área meridional da Península Ibérica, mostrando, contudo, especificidades próprias no que diz respeito ao consumo de produtos importados.

PALAVRAS-CHAVE: Algarve romano; Monte Molião; cerâmicas romanas; importações.

ABSTRACT: Archaeological work carried out at Monte Molião (Lagos, Portugal) allowed the identification of domestic contexts of the 2nd century CE. The study of the materials identified in these contexts, particularly the imported wares, granted an integrated reading which took into consideration the evolutionary dynamics not only of the Algarve region, but also of the Lusitanian province during the Antonine dynasty. The site remained integrated in the active existing commercial networks of the southern area of the Iberian Peninsula, showing, nonetheless, its own specificities concerning the consumption of imported manufactured wares.

KEYWORDS: Roman Algarve; Monte Molião; Roman ware; imports.

MONTE MOLIÃO DURANTE A DINASTIA ANTONINA: LEITURAS ATRAVÉS DAS IMPORTAÇÕES CERÂMICAS¹

Quem aqui vier morar
Não traga mesa nem cama
Com sete palmos de terra
Se constrói uma cabana

...

Oito mil horas contadas
Laboraram a preceito

...

Eram mulheres e crianças
Cada um c'o seu tijolo
Isto aqui era uma orquestra
Quem diz o contrário é tolo

José Afonso “Os Índios da Meia-Praia”

Introdução

A ocupação humana da colina de forma elipsoidal que se localiza na margem esquerda do estuário da Ribeira de Bensafirim (FIG. 1), no concelho de Lagos (litoral ocidental do Algarve), foi intensa, tendo decorrido entre a segunda metade do século IV a.n.e. e o final do II/início do século III da Era comum. A referida intensidade está plasmada num vasto conjunto de contextos, mas também em materiais de várias matérias-primas, categorias e tipos e ainda em estruturas de natureza diversa, relacionadas com as distintas ocupações ao longo de toda a diacronia.

¹ Trabalho realizado no âmbito do projeto “Monte Molião na Antiguidade”, financiado pela Câmara Municipal de Lagos.

Nos abundantes trabalhos publicados sobre o sítio houve já oportunidade de expor detalhadamente o contexto em que se desenvolve o projeto de investigação que permitiu as 11 campanhas de trabalhos arqueológicos que temos vindo a levar a efeito, bem como a localização concreta das sondagens e das sequências estratigráficas observadas. Em muitos deles, foram também apresentadas plantas e alçados das estruturas identificadas, que foram devidamente enquadradas no tempo e no espaço. Assim, entendemos que não faria sentido a repetição dos mesmos dados, remetendo para esses trabalhos onde consta toda a informação que não se relaciona diretamente com o estudo agora concretizado (entre outros: DETRY e ARRUDA, 2013; ARRUDA *et al.*, 2008; ARRUDA e SOUSA, 2013; SOUSA e ARRUDA, 2014; PEREIRA e ARRUDA, 2016; ARRUDA e DIAS, 2018; PEREIRA, ARRUDA e SOUSA, 2019; SOUSA, PEREIRA e ARRUDA, 2019; ARRUDA, PEREIRA e SOUSA, 2020).

Resta-nos, pois, recordar que a ocupação romana de época imperial de Monte Molião está evidenciada num vasto conjunto de estruturas (domésticas, públicas e “industriais”) a que se associam materiais arqueológicos diversos, frequentemente em deposição primária. Nestes casos, as associações contextuais de espólios de categorias distintas, permitiram propor cronologias relativamente estreitas, baseadas nos materiais importados e bem datados em outras áreas do Império, bem como, naturalmente, na própria sequência estratigráfica observada no sítio.

Neste trabalho, apresentam-se os dados referentes ao século II, concretamente a arquitetura e os materiais, tendo em consideração também as relações entre ambos, e entre estes e os diversos estratos identificados. Demos particular atenção a contextos primários de ocupação, especificamente os que foram isolados no interior de compartimentos, como é o caso dos 1, 2 e 3, mas também dos 4 e 7. Trata-se das unidades estratigráficas [53] e [58], no primeiro, e [50], [61], [65], [66], [67], [79] e [90] no segundo.

1. A arquitetura

Os dados de que dispomos permitem saber que no final do século I/início do II houve profundas alterações urbanísticas no sítio, com o abandono/ruína do grande edifício localizado na vertente sudeste. Sobre ele (FIG. 2), foram construídos novos compartimentos, de idêntica

funcionalidade (0 e 4, associados a 2, 3 e 7), que estiveram ocupados até meados da segunda metade do século II, mas que, no que se refere aos aspetos construtivos, não atingem, na maior parte dos casos, a qualidade dos anteriores. Sobre estas estruturas, foram identificadas ainda outras, muito frágeis do ponto de vista estrutural e por isso mesmo muito mal conservadas, que correspondem ao momento final da ocupação do sítio, que datamos do último quartel do século II/início do século III.

Ainda assim, quer as primeiras quer as segundas mantiveram, em traços gerais, a mesma disposição em termos de orientação, com ligeiros desvios, permanecendo estruturadas em função dos arruamentos A e B (FIG. 2), que desde a época republicana estavam em funcionamento e que organizaram o espaço urbano.

Para sustentar esta cronologia servimo-nos, fundamentalmente, das cerâmicas de importação, concretamente das do serviço de mesa, mas também das de cozinha, especificamente da que foi importada da província *Africa Proconsularis*.

Os compartimentos 0 e 4 são coerentes entre si, tendo, muito provavelmente, feito parte de um mesmo conjunto, diferente do que integraria o 2, o 3 e o 7, localizado a NE. Estes espaços, em variados estados de conservação, ocupam uma área de cerca de 112 m², estando limitados por muros, construídos com pedras de média dimensão não especialmente bem talhadas.

Os compartimentos 0 e 4, que, como já dissemos, integram um mesmo conjunto, ocuparam a mesma área do edifício flávio, da fase anterior, construído em época republicana e reestruturado na primeira metade do século I, sobrepondo-se à sua ruína. Na sua construção foram utilizadas pedras de formato retangular, ligadas por argamassa.

Os compartimentos 2, 3 e 7 formam outro conjunto independente, correspondendo a espaços geminados. O 2 partilha a parede NE com o 7 (U.E. [44]) e a SE (U.E. [48]) com o 3. Embora todos tenham um muro comum, a oeste, onde se conservam os vãos que dão para a Rua B, a estratigrafia e a arquitetura permitem sugerir que, originalmente, os compartimentos 3 e 7 deveriam corresponder a espaços independentes. Com efeito, a parede oeste que os une (U.E. [45]) corresponde claramente a um acrescento construído sobre sedimentos entretanto formados e adossam-se às suas esquinas (FIG. 3).

Para além dos dois módulos já mencionados, também o compartimento 1 correspondia a um edifício distinto, construído no lado oposto da rua. Neste caso, o vão de acesso localiza-se na parede NE, sem que

seja possível de momento determinar se este dava diretamente para um espaço exterior, sendo certo que permitia um interior e privado, tal como, aliás, se verifica no compartimento 3.

Os pavimentos destas células eram geralmente de terra batida, mas a argamassa de cal foi também utilizada, bem como os lajeados e os de *lateres*. As coberturas eram de *tegulae* e *imbrices*. Não foram encontrados quaisquer equipamentos no seu interior, com exceção de uma estrutura destinada à confeção de alimentos (um “fogão”) identificada no compartimento 3 (FIG. 3). Estava adossada ao muro NW (U.E. [78]) e imediatamente à direita da entrada. Foi construída com *lateres* e possui planta retangular.

Os espaços utilizados nesta fase da ocupação do Monte Molião correspondem a áreas de dimensões mais modestas, se comparadas com as da fase precedente, rondando geralmente os 15/17 m². Outra particularidade da sua utilização durante o século II é a aparente plurifuncionalidade. A diferenciação funcional, que terá originado edifícios de grandes dimensões na fase anterior, converteu-se em utilizações plurais, o que ditou a alteração radical da arquitetura e da planimetria urbana. O melhor exemplo desta situação é o compartimento 3 (FIG. 3), onde se constata um compartimento amplo de 18 m² dividido em dois espaços através de um muro pouco espesso. No que está próximo do vão que dá imediatamente acesso à rua, registam-se vestígios que podemos relacionar com atividades domésticas de preparação de alimentos (o “fogão”), estando a outra metade destinada a outras, mais privadas.

Os dados não são ainda suficientes para determinar se esta alteração na arquitetura, sobretudo na dinâmica urbana, é evidência das dificuldades económicas sentidas pela comunidade que aí habitava, obrigando a uma compactação dos espaços ocupados, ou se, pelo contrário, foi o resultado de um decréscimo demográfico. Por outro lado, não se pode descartar ainda uma eventual alteração da própria organização urbana e mobilidade das distintas áreas, “nobres” e comuns.

De qualquer modo, independentemente dos motivos exatos que estiveram por trás destas alterações dos ambientes domésticos, também estas construções foram abandonadas, tendo-se construído sobre elas estruturas mais frágeis, que deixam transparecer uma ocupação mais precária, difícil de entender plenamente (FIG. 4). Aquilo que mais parece caracterizar esta nova ocupação, que situamos entre o último quartel do século II e os inícios do III, é a reutilização parcial das construções que descrevemos anteriormente e a construção de estruturas

débeis, das quais restaram somente os pavimentos, construídos sobre as paredes dos edifícios utilizados na primeira metade do mesmo século.

2. Os materiais

Entre os materiais importados, no que ao serviço de mesa diz respeito, destaca-se a *terra sigillata* sudgálica, hispânica e africana A. As importações da Gália dominam ao longo de todo o século II, imediatamente seguidas pelas hispânicas. A africana é sempre muito escassa.

As formas mais abundantes na primeira das produções são as taças da forma 27 de Dragendorff (FIG. 5, nº 1) e os pratos da 18 (FIG. 5, nº 2), de perfis maciços e pesados. Este domínio das duas formas, que provavelmente se constituiriam como serviço, não é surpreendente. Trata-se de uma situação comum em quase todos os sítios do Ocidente, como muitos autores já assinalaram (QUARESMA, 2003; VIEGAS, 2011). Menos significativos em termos percentuais são os pratos que se enquadram na forma Drag. 15/17 (FIG. 5, nº 3).

A *terra sigillata* sudgálica decorada é relativamente abundante nestes contextos do século II, apesar de não atingir os valores reconhecidos em *Balsa*, em Castro Marim ou mesmo em Faro, ainda que a grande maioria de estes tenha sido obtida para o período flávio (VIEGAS, 2011; MARTINS, 2019). Contudo, a maior parte está reduzida a fragmentos de pequena dimensão, o que não permite a sua adscrição a nenhuma forma em concreto. Trata-se de pequenas porções que exibem restos da decoração, concretamente frações diminutas de motivos vegetais, zoomórficos (reais e mitológicos), antropomórficos, linhas de métopas ou círculos. A integralidade dos painéis decorativos não foi passível de reconstituição.

Entre as classificáveis sobressaem as Drag. 37, onde são visíveis iconografias típicas da época de Adriano e Antonino, estando representados os centros oleiros do Sul e do Centro da Gália, La Graufesenque e Lezoux, respetivamente.

O último está documentado pelas taças da forma Drag. 37, cujo painel decorativo se limita superiormente por linhas de óvulos separadas por linguetas com extremidade tripartida, ou em forma de pequena flor. O javali de uma delas (FIG. 5, nº 4) (OSWALD, 1937, BOA 1666) pode ser associado ao estilo de *Mercator* iv (160-200), de *Advocisus* (160-200), de *Marcus* (160-210) e de *Cinnamus* (135-180). O carro

puxado por dois cavalos (FIG. 5, nº 5) apresenta grandes semelhanças com o motivo nº 98 de Oswald (1937). Em ambos casos, estamos em presença de peças do século II, concretamente dos reinados de Trajano e de Adriano/Antonino, o que se compagina com os contextos em que foram recolhidas.

As produções da Gália central, concretamente de Lezoux, são praticamente desconhecidas no território português, o que poderá explicar-se pelo facto de o momento da sua exportação mais intensa se situar no século II, época em que a *sigillata* hispânica é sempre maioritária nos conjuntos da cerâmica de mesa conhecidos, como são os casos de Miróbriga (QUARESMA, 2003, 2012, 2018; QUARESMA *et al.*, 2019), de Lisboa (RIBEIRO, 2010), de Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO, 1975) e da *Ammia* (QUARESMA *et al.*, 2019). Contudo, os vasos aí produzidos surgem na área do Danúbio e muito especialmente na *Britannia* que se constituiu como “...an important market for Lezoux pottery” (LEWIT, 2013: 113).

As taças fabricadas em La Graufesenque integram decorações como a do sátiro (MEES, 2014: SAT 002), identificado numa taça de forma indeterminada, que pode corresponder ao oleiro *Mercator i*, apesar de outros, como *T. Iul. Aplastus*, *Biragillus*, *Calvinus*, *Senus ii*, *C. Cingius Senovirus* e *L. Cosius Virilis*, terem usado o mesmo motivo. Quer os contextos de recolha quer os possíveis autores apontam para uma cronologia de final do século I/dois primeiros decénios do século II.

Devemos ainda referir que o oleiro *Mercator i*, que laborou em La Graufesenque entre 70 e 110, e que foi, possivelmente, o autor de alguns dos vasos de TSSG recolhidos em Monte Molião, não estando especialmente documentado no atual território português, foi também identificado em Faro e em *Balsa* (VIEGAS, 2011: 108, 301-304, 343-347), tendo sido igualmente registado em Lisboa e no respetivo *Ager* (SILVA, 2012).

Esta realidade lacobrigense, no que às importações de *terra sigillata* sudgálica do século II diz respeito, merece ser discutida também à luz dos dados recuperados em outros sítios ocidentais, nomeadamente nos do Algarve. Infelizmente, essa análise esbarra na quase completa ausência de contextos desta cronologia nos territórios meridionais. Efetivamente, e apesar do domínio das produções gaulesas ter sido reconhecido para *Balsa*, *Ossonoba* e *Baesuri*, estas foram datadas quase exclusivamente da época flávia (VIEGAS, 2011: 536), com exceção da segunda cidade, onde importações do primeiro quartel do século II estão presentes (MARTINS, 2019: 62). Se é verdade que

terá sido sobretudo na segunda metade do século I que os vasos produzidos no atual território francês chegaram à área meridional da Lusitânia, o que, aliás, também se verifica em Monte Molião, os elementos recolhidos neste sítio, bem como os que recentemente se encontraram em Faro (MARTINS, 2019), devidamente contextualizados, evidenciam que estes vasos continuaram a dominar o mercado durante a primeira metade do século II, prolongando-se, pelo menos no sítio de Lagos, a sua importação até à segunda. Esta situação é evidência de que talvez se justifique a revisão da cronologia de alguns dos materiais de *Balsa* e de *Ossonoba* publicados em 2011 (VIEGAS, 2011), concretamente daqueles que foram datados de época posterior aos Flávios, sem mais especificações: “Época flávia e posterior” (VIEGAS, 2011: 535-539).

Nas produções hispânicas cabem as de “tipo Peñaflor” e as ditas clássicas, com origem em Andújar e La Rioja. Em Monte Molião, as primeiras são muito escassas, podendo ser considerados residuais os exemplares encontrados nos níveis do século II. Ainda assim, deve dizer-se que os fragmentos que englobámos nesta produção pertencem às formas Martinez I (variantes B, C e E, FIG. 5, nº 6-8), Martinez II B e II C, III A e III B que, sendo típicas do século I, podem ter atingido o início da centúria seguinte, realidade que replica a do restante Algarve, como demonstram os dados de Castro Marim, *Balsa* (VIEGAS, 2011), Faro (VIEGAS, 2011; MARTINS, 2019) e Lagos (FERNÁNDEZ *et al.*, 2019), mas também a de áreas mais a Norte, como Alcácer do Sal (VIEGAS, 2014) e Lisboa (SILVA, 2012).

Entre a *terra sigillata* hispânica dominam as taças do tipo Hisp. 27 (FIG. 5, nº 9-10), muito abertas e sem lábio, e os pratos da forma Hisp. 15/17 de paredes muito oblíquas. Ainda no que se refere às taças, deve referir-se que as Hisp. 24/25 estão ainda presentes, mas em número muito reduzido. Os vasos decorados são raros, estando registados através das formas Hisp. 37b e 29/37 (FIG. 5, nº 12-13).

Esta realidade difere ligeiramente da observada nos restantes sítios do território meridional português. De facto, em *Baesuri*, *Balsa* e *Ossonoba* a TSH é mais rara (10,9%, 8,3%, 8,9%) (VIEGAS, 2011: 541), quando comparada com os cerca de 17,7 % de Monte Molião. A dissimelhança quanto ao número de exemplares das importações hispânicas poderia prender-se, uma vez mais, com o facto de neste caso a análise incidir sobre materiais do século II, sendo a grande maioria dos outros datáveis da centúria anterior. Contudo, trabalhos recentes na área urbana da atual capital algarvia alteraram ligeiramente o panorama conhecido,

uma vez que a TSH, sendo ainda minoritária (13,24% do conjunto total da *terra sigillata* dominado pelas produções sudgálicas, com 34% – MARTINS, 2019: vol. II, Quadro 14, Gráfico 8), é mais numerosa do que se percebe em termos globais. Estes dados confirmam outros já observados pontualmente em Faro, onde em algumas áreas da mesma cidade, concretamente na área do mosaico do Oceano, a TSH alcança 21% (VIEGAS, 2011: 150), local onde parece evidente a existência de uma ocupação relevante na segunda metade do século II. Em Monte Molião, as formas, quer as lisas quer as decoradas, são, no entanto, as mesmas: taças Hisp. 27 e pratos Hisp. 15/17 majoritários; escassez de taças Hisp. 24/25 e dos pratos Hisp. 18.

As importações norte africanas estão representadas pela *terra sigillata* Africana A e pela cerâmica de cozinha. Os fragmentos da primeira categoria são muito escassos (FIG. 6, nº 1-2), sendo a forma mais abundante a Hayes 9, que se reparte de maneira mais ou menos equitativa pelas variantes A e B. As Hayes 8, sobretudo da variante A, e as 14/17 seguem-se em termos da sua representação. Estas importações compaginas-se do ponto de vista cronológico com os contextos aqui estudados, do século II. Trata-se de um quadro de referência idêntico ao do restante Algarve, nomeadamente de Faro e de Balsa (VIEGAS, 2011: 158).

A cerâmica africana de cozinha está presente em quantidades apreciáveis em Monte Molião (FIG. 6, nº 3-19), com 2053 fragmentos classificáveis quanto à forma (ARRUDA e PEREIRA, 2017). Destes, 1421 foram recuperados em contextos do século II, integrando 724 os níveis da fase antonina plena (35,3% do total) e 697 os níveis do último quartel do século II/primeiros decénios do III (34% do total), correspondendo os restantes 30,7% a materiais descontextualizados ou integrando a fase flávia.

Se parece certo que a sua importação se iniciou ainda durante a dinastia Flávia (ARRUDA e PEREIRA, 2017), como demonstram alguns fragmentos recolhidos em estratos dessa fase (total de 16 NFR, 0,8%), foi no século II que se intensificou, dominando as produções comuns nas últimas duas décadas (U.E.s [28], [29], [36], [55] e [59]).

As formas documentadas, a caçoila Hayes 23, variante B (FIG. 6, nº 3-4), o tacho Hayes 197 (FIG. 6, nº 9-10) e o prato/tampa Hayes 196, variante A (FIG. 6, nº 7-8), surgem sempre associadas, o que se explica pela sua utilização conjunta, evidência que se torna clara em Molião, com o prato/tampa a corresponder a mais do dobro do que a soma das caçoilas e dos tachos. Recorde-se que o prato/tampa de Hayes 196

data-se entre a segunda metade do século II e a época severa (variante A), sendo característico do século II de acordo com os dados cronológicos de Ostia (TORTORELLA, 1981a e b). No litoral da Andaluzia, na região valenciana e na Catalunha, a forma está presente em quantidades apreciáveis, por exemplo em Córdoba (CARRILLO DÍAZ-PINÓS e MORILLO REDONDO, 1996), na *villa* romana de Els Tolegassos (Viladamat, Gerona), em contextos fechados que foram datados da transição do século II para o III (CASAS e NOLLA, 1986-1989: 211-212), e em Roses, também em Gerona, no edifício A, com cronologia atribuída ao último quartel do século II (NIETO, 1993: 191). Outras tampas cabem na forma Hayes 195, tipo que é pouco expressivo no sítio algarvio (Fig. 6, nº 5-6), bem como em outros peninsulares, havendo, contudo, referência à sua presença em Tróia (MAGALHÃES, BRUM e PINTO, 2014). Os poucos exemplares de Cartago foram balizados, cronologicamente, entre os séculos II e III (BONIFAY, 2004: 227).

O tacho da forma 197 tem uma cronologia compreendida entre a primeira metade do século II e o final do século IV/início do V (TORTORELLA, 1981a: 211). A cronologia dos contextos de recolha dos exemplares de Córdoba (CARRILLO DÍAZ-PINÓS e MORILLO REDONDO, 1996) e de Guadix (DOBLAS PEGUERO, 2013: 34) são compatíveis com o final do século II. Também a maioria dos contextos em que as caçoilas Hayes 23 foram recolhidas na Península Ibérica (Andaluzia, região valenciana e Catalunha – ROCA ROUMENS e FERNANDEZ GARCÍA, 2015: 264) são compatíveis com uma cronologia da segunda metade do século II.

Outras formas, como os pratos e tampas (Hayes 181C, 182, 185, 195, Ostia I, 264), as caçoilas (Hayes 184; Sidi Jdidi 3; Ostia II, 306, III, 310) e os tachos (Hayes 199, Ostia II, 312), são minoritárias no conjunto de cerâmica de cozinha africana importada, tendo pouca expressão percentual.

Quer as formas, quer a cronologia do consumo destas cerâmicas em Monte Molião recolhem abundantes paralelos no Ocidente peninsular, concretamente no Algarve. Neste território do Sudoeste devem destacar-se os conjuntos de Cerro da Vila (TEICHNER, 2008), do Vidigal (PEREIRA, 2012) e ainda o de Faro, sobretudo o que foi registado na área em que se identificou o conhecido mosaico do Oceano (VIEGAS, 2011).

As importações incorporam também cerâmica comum bética (de cozinha, de mesa e de armazenamento/transporte) e gálica (caulinítica). A última, pouco numerosa e integrando um total de 33 NFR nos estratos do século II, engloba sobretudo jarros de boca trilobada

(FIG. 6, nº 11-12), a maioria dos quais com origem na Narbonense, embora algumas pastas possam corresponder a importações da Aquitânia (PEREIRA, ARRUDA e RIBEIRO, 2019).

As importações béticas de cerâmica comum são abundantes, perdendo, apesar de tudo, força a partir de meados da centúria para as produções africanas e locais.

Dos recipientes importados, as características tecno-petrográficas indicam duas áreas principais de origem – o vale do Guadalquivir e a área costeira. Ainda que as desta última estejam bem representadas (FIG. 7, nº 1-5), são as do vale do Guadalquivir as mais frequentes (FIG. 7, nº 6-12). Deve referir-se, ainda, a existência de um limitado grupo de peças com pastas cozidas em ambientes redutores, para as quais se tem reclamado várias origens: concretamente a depressão de Antequera; a área meridional de Algarve/Huelva/Sevilha; e a capital da Lusitânia (DIAS, ARRUDA e PEREIRA, no prelo).

Quanto à forma, a cerâmica comum importada da Bética está representada em todas as categorias funcionais, embora se destaque sobretudo nos serviços de cozinha e de mesa, sendo menos expressiva nos de armazenamento/transporte. Naqueles, as produções do vale do Guadalquivir são mais frequentes nas cerâmicas de preparação de alimentos, como é o caso dos *mortarii* e dos *pelvis*, sendo muito expressivos os recipientes da Bética costeira nos serviços de mesa (*catini*, *lagoenae*, *patinae*, *poculi*).

Entre as ânforas dos níveis antoninos, destacam-se as importadas do litoral Bético, particularmente as Beltrán IIB (FIG. 8, nº 1-2), algumas das quais apresentam características que permitem integrá-las na variante tardia, da segunda metade do século II (ARRUDA *et al.*, no prelo). A sua distribuição é vasta em termos gerais e também na Hispânia, documentando-se a sua presença em numerosos sítios do ocidente peninsular, com especial incidência no Algarve: Castelo de Castro Marim (ARRUDA *et al.*, 2006), Pedras d'El Rei (VIEGAS e DINIZ, 2010), Quinta de Marim (SILVA *et al.*, 1992), Milreu (TEICHNER, 2008), Faro e Balsa (VIEGAS, 2011), Cerro da Vila (TEICHNER, 2008), foz do Arade (SILVA, SOARES e SOARES, 1987; DIOGO, CARDOSO e REINER, 2000; FONSECA, 2015), área urbana de Lagos (ALMEIDA e MOROS DIAZ, 2014) e Vidigal (PEREIRA, 2012).

Escassos bordos podem pertencer ao tipo Keay XVI (FIG. 8, nº 3-4), ainda que se possam também considerar variantes muito tardias da forma anterior. Note-se que estes exemplares de Monte Molião

foram recuperados nos níveis correspondentes ao abandono do sítio, que datamos do final do século II/início do século III. Na mesma situação cabe um bordo que classificámos, com reservas, como Beltrán 72, tipo que, tendo sido fabricado até ao século V, terá começado a produzir-se, e a exportar-se, a partir de 175/200 (BERNAL, 2016).

As ânforas com origem no Guadalquivir, provenientes de níveis associados à primeira fase antonina da ocupação imperial (primeira metade/meados do século II), cabem quase integralmente na variante mais tardia de Dressel 20 (VIEGAS e ARRUDA, 2013; ARRUDA e VIEGAS, 2016), com lábios triangulares, que correspondem ao grupo D de Berni (2008).

As lucernas desta fase enquadram-se nas séries de disco e de canal (PEREIRA e ARRUDA, 2016), podendo ser datadas, contudo, da primeira metade do século II. As primeiras são apenas três, o que representa apenas 1,4% do conjunto *lychnológico* de Monte Molião, realidade que, de alguma forma, surpreende tendo em consideração os dados de outros sítios (MAIA e MAIA, 1997: 36-37; Alarcão *et al.*, 1976: 99; Rodríguez Martín, 2002: 33; Morais, 2005: 330). Dos três fragmentos classificados nesta série, dois pertencem a exemplares da forma Dressel-Lamboglia 19 e apresentam pastas que denunciam uma origem da área da Bética costeira. O restante fragmento da série de disco corresponde a um exemplar do tipo 20, um dos mais comuns da série e, por isso mesmo, dos mais abundantes em sítios arqueológicos alto-imperiais (MORILLO CERDÁN, 1999: 117).

As lucernas de canal do tipo Dressel-Lamboglia 5, equivalente ao X de Loeschcke (1919), também conhecido como *Firmalampen* (FISHBACK, 1896: 11), são raras no Algarve (Pereira, 2010; 2018) e na área meridional da Península Ibérica em geral (MORILLO CERDÁN, 1999), estando em Monte Molião documentadas através de dois exemplares, ambos recolhidos em níveis de meados do século II.

Deve dizer-se, ainda, que o conjunto de lucernas das fases antoninas (PEREIRA e ARRUDA, 2016: 169-171) integra, ainda assim, um amplo número de lucernas da série de volutas, sobretudo do tipo Dressel-Lamboglia 11/14, situação que demonstra a convivência destas séries até às primeiras décadas do século II, sobretudo em sítios litorais. Todavia, estes exemplares tardios da série de volutas exibem características distintas das dos primeiros modelos da centúria precedente, com discos menos amplos, decorações mais toscas e orlas mais evoluídas, dos tipos IV A (PEREIRA, 2014: 18-19) e L.7B (MALAGOLI, 2016: 87).

O conjunto numismático que associamos ao momento ocupacional datado do século II não é particularmente numeroso, sobretudo se comparado com os anteriores (MUCCIOLI, 2015). Ainda assim, conta-se uma moeda que Marco Aurélio cunhou para o seu filho Cómodo em 177-178, com origem na oficina monetária de Roma (RIC III 1591), a que podemos somar as duas do reinado de Adriano, um asse/dupôndio (RIC II 796), batido em Roma entre 134 e 138, e outro dupôndio (RIC II 555), cunhado em Roma entre 118 e 121 (MUCCIOLI, 2015: 84-88). Esta insuficiência de numismas do século II em Monte Molião contrasta com o que é conhecido no restante Algarve, onde as cunhagens desta época são relativamente abundantes, como os casos de *Balsa* e da foz do Arade provam, embora a mesma situação tenha sido documentada no mundo rural da mesma região (CONEJO, 2019: 362-365).

3. Discussão

Em Monte Molião foi possível verificar que o século II não foi uma realidade homogênea, tendo-se registado dois momentos bem diferenciados estratigraficamente e também plasmados na própria arquitetura. O primeiro, que enquadrámos entre o segundo quartel do século II e um momento indeterminado da segunda metade da mesma centúria, deixa transparecer uma ocupação que, embora respeitando o traçado das construções do século precedente, se caracteriza por um edificado de menor envergadura, disposto em módulos de aparente similitude. Os espaços interiores são modestos, limitando-se, na maioria dos casos, a um único compartimento subdividido internamente, onde uma área relacionada com a prática da confeção de alimentos e da comensalidade se diferencia de outra, de repouso (FIG. 3).

A segunda fase da dinastia Antonina, que se estendeu até ao final do século II e pode ter atingido os inícios da centúria seguinte, e consequentemente a dinastia Severa, ofereceu uma arquitetura difícil de caracterizar, que reflete uma ocupação precária que desatendeu completamente a manutenção do edificado (FIG. 4). Tal realidade pode eventualmente traduzir um declínio demográfico, que ditou uma habitação cada vez mais dispersa do espaço. Trata-se, sobretudo, de pavimentos que aproveitaram materiais das construções anteriores como se tornou evidente na remobilização de *lateres* que conformavam pavimentos dos compartimentos da fase anterior (FIG. 9). Tal situação

sugere que estes solos corresponderiam a ocupações débeis, realizadas num momento em que o sítio estaria em evidente degradação e progressivo abandono.

A reutilização de edifícios já em aparente ruína e o desatender da sua manutenção não é inédito nesta região, documentando-se, por exemplo, no Cerro da Vila e em Milreu, onde foram verificadas estruturas de sustentação e de combustão diretamente sobre os pavimentos musivos (TEICHNER, 2006: 80-81; 2008; BERNARDES, 2009: 334-336). A mesma realidade foi também identificada em outros sítios peninsulares (ARCE, CHAVARRIA e RIPOLL, 2007: 322-323), sendo simultaneamente sintoma de que Monte Molião estava em fase de abandono no final do século II e que, neste momento, o Algarve mostrava indícios de alterações significativas na estratégia do povoamento.

A diferenciação constatada estratigraficamente e na arquitetura é menos clara no que se refere aos espólios. Com efeito, as categorias que se documentaram numa fase estão igualmente presentes na outra, apesar de os números diferirem ligeiramente (FIG. 10).

As ânforas são em menor número na ocupação do último terço do século II. Contudo, as mesmas formas estão genericamente presentes ao longo de toda a centúria, concretamente: as Dressel 20 do vale do Guadalquivir; as Beltrán IIB do litoral da Bética; as Dressel 14 da Lusitânia meridional; as Gauloise 4 da Narbonense; e as Keay XVI béticas. Todavia, alguns destes e de outros contentores permitem ajustar cronologias, como é por exemplo o caso da presença de uma Gauloise 3 na primeira fase antonina cuja produção não deve colocar-se em momentos posteriores à transição do século I para o II (LAUBENHEIMER, 1985: 385; DANGRÉAUX e DESBAT, 1988: 125). Também o tipo Keay XVI, estando presente em ambas fases, é residual nos níveis da primeira e abundante nos da segunda, o que está de acordo com a cronologia que lhe vem sendo atribuída (GARCÍA VARGAS e BERNAL CASASOLA, 2008; BERNAL CASASOLA, GARCÍA VARGAS e GENER BASALLOTE, 2014). Apesar disso, deve ter-se em conta que este tipo está apenas representado no sítio com um total de seis NFR. Outras ânforas foram recolhidas exclusivamente em níveis correspondentes à última ocupação, como é o caso das de tipo Almagro 50 produzidas na Lusitânia meridional e das do tipo Beltrán 72, oriundas da Bética costeira. Sendo mais escassas que as Keay XVI, representam importações pontuais realizadas num momento de claro declínio do aglomerado, mas que é coincidente com o início da sua produção (BERNAL CASASOLA, 2001: 286).

Também o conjunto de *terra sigillata* se vê bastante reduzido na segunda fase antonina, encurtando para quase metade do que foi importado na anterior. O panorama dos serviços, contudo, não parece mudar substancialmente, oferecendo os da fase mais recente vasos com perfis mais robustos e de maiores dimensões. A única exceção que contraria este cenário são as importações da Bética, que se mantêm idênticas em número e diversidade.

O mesmo pode ser dito para a cerâmica africana de cozinha, cujo perfil de importação se mantém inalterado em termos formais e até, ao contrário do que se passa com as restantes categorias cerâmicas, em números absolutos.

Tal como as ânforas e a *terra sigillata*, também os valores da cerâmica comum importada refletem a mesma redução das importações.

Neste âmbito, merece um comentário o conjunto de lucernas, cujo reportório *lychnológico* diminuiu consideravelmente, ao longo do século II, quer em quantidade quer em variedade. Registe-se a raridade de exemplares da série de disco, da qual existem apenas dois do tipo Dressel-Lamboglia 19, aos quais se podem somar cinco do de Riotinto-Aljustrel, cuja produção se estendeu ao século II.

Se às lucernas somarmos as ânforas, torna-se ainda mais evidente a escassez de materiais importados durante uma etapa avançada do século II, realidade confirmada pelo conjunto numismático, que engloba, na sua grande maioria, moedas de circulação obsoleta. De um total de 28 numismas recolhidos em estratos da primeira fase antonina somente dois (um As/Dupôndio e um Dupôndio) correspondem a cunhagens da primeira metade do século II, concretamente do reinado de Adriano. A situação é ainda mais evidente no conjunto da segunda fase antonina, pois de um total de sete exemplares apenas um foi emitido na segunda metade daquela centúria, concretamente um Dupôndio de Marco Aurélio.

Os conjuntos de materiais encontrados no sítio da margem esquerda da ribeira de Bensafrim, nas unidades estratigráficas que associamos a ambas fases da ocupação do século II, incorporam importações que, geralmente, estão datadas de momentos anteriores. Porém, as cronologias foram sempre atribuídas em função dos mais tardios, podendo-se considerar aqueles como residuais. Não pode, contudo, deixar de se referir que o momento da amortização das peças nem sempre coincide, muito pelo contrário, com o do seu fabrico e importação e por isso mesmo parece importante que os materiais sejam estudados de acordo

com os respetivos contextos de recolha, como se pretendeu fazer neste trabalho.

Como já referimos, as ocupações datadas do século II não se encontram particularmente bem definidas no Algarve. Ainda assim, contamos com os dados de Milreu e do Cerro da Vila (TEICHNER, 2008), onde se identificaram alguns contextos específicos associados a conjuntos de materiais concretos. Também em Faro, nas escavações que se desenvolveram na área onde se identificou o conhecido mosaico do Oceano, foram escavados níveis que apontam para essa cronologia (VIEGAS, 2011: 99-105).

Em Milreu (Estói), os “*Fundemsemble*” V, VI e VII ofereceram conjuntos de *terra sigillata* sudgálica, com peças lisas (formas 15/17 e 27 de Dragendorff) e decoradas (Drag. 37), mas também hispânica (Hisp. 18, 27 e 37) e Africana A (Hayes 8a e 9a), bem como cerâmica africana de cozinha (Hayes 196, 23A e 197) (TEICHNER, 2008: 118; TAFEL 138, 139, 141). As amostras refletem o mesmo horizonte cronológico que foi identificado em Monte Molião e agora estudado, quer no que se refere às categorias quer às formas.

Também no Cerro da Vila, em Quarteira, se verificam as mesmas associações de materiais em vários contextos, especialmente no *Fundemsemble* XVIII do *Baueinheit* J, que foi datado de meados do século II, integrando assim a Fase II, subfase II B (TEICHNER, 2008: 384; TAFEL 192 e 193). A *terra sigillata* sudgálica está representada por taças lisas (Drag. 29) e decoradas (Drag. 37) e na hispânica foram identificados vasos da forma Hisp. 37. As importações africanas incluem peças de TSA A, da forma Hayes 6, e africana de cozinha (Hayes 196).

As importações anfóricas e as próprias cerâmicas comuns mostraram perfis idênticos em ambas ocupações.

A pujança de Monte Molião no século II é ainda considerável, mesmo quando comparada com a robustez das ocupações republicanas, júlio-cláudias e flávias. Esse vigor económico, plasmado nas importações cerâmicas, vai-se, contudo, esbatendo ao longo da centúria, culminando no abandono do sítio, que ocorreu entre o final do mesmo século e o início do seguinte, e se manifesta numa arquitetura que progressivamente se converteu num edificado cada vez mais precário e frágil. Esta realidade que os dados arqueológicos bem evidenciam prende-se, muito possivelmente, com o progressivo assoreamento do estuário da ribeira de Bensafim e com a crescente importância que Lagos, localizada na foz da margem direita, veio a assumir como espaço central e regulador

da Baía do mesmo nome. Somente no estudo da relação entre os dois sítios se poderão encontrar respostas adequadas para as realidades que observamos em Monte Molião.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília; PONTE, Maria de la Salette (1976) – *Céramiques divers ses et verres. Fouilles de Conimbriga* VI, Paris.
- ALMEIDA, Rui; MOROS DÍAZ, Juan (2014) – Um testemunho da *Figlina Scalensia* em Lagos (Portugal) – a propósito da grande fossa detritica da fábrica de salga da Rua Silva Lopes, *Al-Madan*, II série 19, tomo 1 (adenda electrónica), pp. 44-59.
- ARCE, Javier; CHAVARRIA, Alexandra; RIPOLL, Gisela (2007) – The Urban Domus in Late Antique Hispania: Examples from Emerita, Barcino and Complutum, in LAVAN, Luke; OZGENEL, Lale; SARANIS, Alexander, eds. – *Housing in Late Antiquity. From Palaces to Shops* (Late Antique Archaeology 3.2.), Leiden, pp. 305-336.
- ARRUDA, Ana Margarida; DIAS, Íris (2018) – A terra sigillata itálica de Monte Molião, Lagos, Portugal, *Portugália*, 39, pp. 159-17.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Álvaro (2017) – A cerâmica de cozinha africana de Monte Molião, *Onoba*, 5, pp. 21-43.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos; SOUSA, Elisa (2020) – *Laccobriga*. Ruínas romanas de Monte Molião (Lagos, Portugal), in PIZZO, António, ed. – *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana* (Mytra 6), Mérida, pp. 183-194.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos; SOUSA, Elisa; DIAS, Íris (no prelo) – Importações béticas no Sul da Lusitânia: leituras a partir de um centro de consumo (Monte Molião, Lagos, Portugal), in *Actas do Congreso Internacional Ex Baetica amphorae II Veinte Años Después*.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal), *SPAL*, 22, pp. 93-133.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa; BARGÃO, Patrícia; LOURENÇO, Pedro (2008) – Monte Molião (Lagos) – Resultados de um projecto em curso, *Xelb*, 8, pp. 161-192.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina (2016) – As ânforas alto-imperiais de Monte Molião, in JÁRREGA DOMÍGUEZ, Ramón; BERNI MILLET, Piero, eds. – *Amphorae ex hispania: paisajes de producción y consumo* (Tarragona, 2014), Tarragona, pp. 446-463.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia; PEREIRA, Raul (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época Romana, *Setúbal Arqueológica*, 13, pp. 153-176.
- BERNAL CASASOLA, Darío (2001) – La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el bajo imperio romano, in *Congreso Internacional. Ex Baetica*

- amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el imperio romano* (Écija, 1998), Vol. 1, Écija, pp. 239-372.
- BERNAL CASASOLA, Darío (2016) – Beltrán 72 (Bética coast), in *Amphrae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* [em linha], Publ. 8 jul. 2016 [Consult. 10 fev. 2021]. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/beltran-72-baetica-coast>
- BERNAL CASASOLA, Darío; GARCÍA VARGAS, Enrique; GENER BASALLOTE, José María (2014) – Un nuevo sello sobre ánfora salazonera (Keay XVI) en la Gades severiana, *Boletín de la SECAH*, 5, pp. 31-34.
- BERNARDES, João Pedro (2009) – As Transformações no Fim do Mundo Rural Romano no Sudoeste Peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. V-VII), *Anales de Arqueología Cordobesa*, 20, pp. 323-348.
- BERNI MILLET, Piero (2008) – *Epigrafia anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*, Barcelona.
- BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique* (BAR International Series 1301), Oxford.
- CARRILLO DÍAZ-PINÉS, José Ramón; MURILLO REDONDO, Juan Francisco (1996) – Un vertedero con cerámica africana de cocina en *Colonia Patricia*, in KHANOUSSI, Mustapha; RUGGERI, Paola; VISMARA, Cinzia, eds. – *L’Africa Romana, Atti dell XI convegno di studio Cartagine* (Tunisia 1994), pp. 1301-1319.
- CASAS I GENOVER, Josep; NOLLA, Josep Maria (1986-1989) – Un conjunt tancat amb ceràmica africana a la villa romana dels Tolegassos (Viladamat, Alt Empordà), *Empúries*, 48-50, I, pp. 202-213.
- CONEJO DELGADO, Noé (2019) – *Economía monetaria de las áreas rurales de la Lusitania romana*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Universidade de Sevilha, Facultad de Geografía e Historia, e Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- DANGRÉAUX, Bernard; DESBAT, Armans (1988) – Les amphores du dépotoir flavien du Bas-de-Loyasse à Lyon, *Gallia* 45, pp. 115-153.
- DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília (1975) – *Les sigillées. Fouilles de Conimbriga IV*, Paris.
- DETRY, Cleia; ARRUDA, Ana Margarida (2013) – A fauna da Idade do Ferro e época romana de Monte Molião: continuidades e rupturas na dieta alimentar, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16, pp. 213-226.
- DIAS, Íris; ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos (no prelo) – A cerâmica comum alto-imperial de pasta redutora de Monte Molião (Lagos, Portugal), *VI Congreso Internacional de la SECAH*, Zaragoza.
- DIOGO, António Dias; CARDOSO, João Pedro; REINER, Francisco (2000) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3.2, pp. 81-118.
- DOBLAS PEGUERO, Vicente (2013) – La cerámica africana de cocina de Guadix (Granada). La excavación del Callejón Atahona (1999-2000), *Bastetania*, 1, pp. 31-37.

- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; SILVA, Ricardo Costeira da; GARCIA VARGAS, Enrique; GONÇALVES, Ana (2019) – Los inicios de la ocupación romana de Lagos (Portugal) a partir de um contexto cerâmico Julio-Claudio, *SPAL*, 28(2), pp. 181-202.
- FISCHBACH, Otto (1896) – Römische Lampen aus Poetovio im Besitze des steiermärkischen Landesmuseums, *Mitteilungen des historischen Vereins für Steiermark*, 44, pp. 3-64.
- FONSECA, Cristóvão (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade B*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- GARCÍA VARGAS, Enrique; BERNAL CASASOLA, Darío (2008) – Ánforas de la Bética, in BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA I LACOMBA, Albert, eds. – *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*, Cádiz, pp. 661-687.
- HAYES, John Walker (1972) – *Late Roman Pottery. A Catalogue of Roman Fine Wares*, London.
- LAUBENHEIMER, Fanette (1985) – *La production des amphores en Gaule Narbonnaise sous le Haut-Empire* (Annales littéraires de l'Université 66), Besançon.
- LEWIT, Tamara (2013) – The mysterious case of La Graufesenque? Stimuli to large-scale fine pottery production and trade in the Roman Empire, in FULFORD, Michael; DURHAM, Emma, eds. – *Seeing Red: New economic and social perspectives on terra sigillata* (Bulletin of the Institute of Classical Studies, Supplement 102), Londres, pp. 11-120.
- LOESCHKE, Siegfried (1919) – *Lampen aus Vindonissa, Ein Beitrag zur Geschichte von Vindonissa und des Antiken Beleuchtungswesens*, Zurich.
- MAGALHÃES, Patrícia; BRUM, Patrícia; PINTO, Inês Vaz (2014) – The significance of african cooking ware in Lusitânia: The case of Tróia (Portugal), *Rei Cretariae Romanae Favtorum Acta*, 43, pp. 701-708.
- MAIA, Manuel; MAIA, Maria (1997) – *Lucernas de Santa Bárbara*, Castro Verde.
- MALAGOLI, Claude (2016) – *Les lampes en terre cuite du Centre-Est de la Gaule (Ier siècle Av. J.-C.-Ive siècle apr. J.-C.). Production, diffusion et consommation*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Université de Franche-Comté, Besançon.
- MARTINS, Ana Isabel (2019) – *Contributo para o estudo da cidade romana de Ossonoba. A terra sigillata da rua Infante D. Henrique, n.º 58-60*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora.
- MEES, Allard (2014) – *Punzen gestempelter sudgallischer Reliefsigillata aus den Wersattaten von La Graufesenque. Teil 1. Menschen - Gotter - mythologische Figuren. Kataloge Vor- und Fruhgeschichtlicher Altertumer*, 45, 1.
- MORAIS, Rui (2005) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, Braga.
- MORILLO Cerdán, Ángel (1999) – *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica* (Monographies Instrumentum 8/2), Montagnac.
- MUCCIOLI, Giovanni (2015) – *O conjunto numismático de Monte Molião (Lagos, Portugal)*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- NIETO PRIETO, Francisco Xavier (1993) – *El edificio A de la ciudadela de Roses, La Terra Sigillata Africana*, Gerona.
- OSWALD, Felix (1937) – *Index of Figure-types on terra sigillata (Samian Ware), Supplement of the Annals of Archaeology and Anthropology*, Liverpool.
- PEREIRA, Carlos (2012) – O sítio romano do Vidigal, Aljezur, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15, pp. 155-179.
- PEREIRA, Carlos (2018) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia* (Suplemento 9 d'O Arqueólogo Português), Lisboa.
- PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida (2016) – As lucernas romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal), *SPAL*, 25, pp. 149-181.
- PEREIRA Carlos; ARRUDA, Ana Margarida; RIBEIRO, Salomé (2019) – A cerâmica caulínica de Monte Molião (Lagos, Portugal), *Conimbriga*, 58, pp. 127-148.
- PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2019) – Os artefactos metálicos da Idade do Ferro do Monte Molião (Lagos, Portugal), *Lucentum*, 38, pp. 77-88.
- QUARESMA, José Carlos (2003) – *Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbriga?)* (Trabalhos de Arqueologia 30), Lisboa.
- QUARESMA, José Carlos (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)* (Estudos e Memórias 4), Lisboa.
- QUARESMA, José Carlos (2018) – Contextos alto-imperiais de Chãos Salgados, Santiago do Cacém-Mirobriga(?), in RUIZ MONTES, Pablo; PEINADO ESPINOSA, Victoria; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel, ed. – *La configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 11), Oxford, pp. 32-58.
- QUARESMA, José Carlos; SILVA, Rodrigo Banha da; GADANHO, André; GUIMARÃES, Raquel (2019) – Cerâmicas finas em contextos Flávios e Antoninos de Olisipo, Miróbriga, Ammaia e Quinta do Ervedal: o litoral e o interior da Lusitânia em análise, in FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel; GÓMEZ MARTÍNEZ, Enrique, ed. – *La Cerámica de mesa Romana en sus Ámbitos de Uso. Terra Sigillata Hispánica. I Encuentro de Investigadores en Andújar*, Andújar, pp. 255-298.
- RIBEIRO, Inês Sofia (2010) – *A Terra Sigillata Hispânica da Praça da Figueira*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- ROCA ROUMENS, Mercé; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel (2005) – *Introducción al estudio de la cerámica romana: un breve guía de referencia*, Málaga.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)* (Monografías Emeritenses 7), Mérida.
- SILVA, Carlos Tavares; COELHO-SOARES, Antónia; SOARES, Joaquina (1987) – Nota sobre o material anfórico da foz do Arade (Portimão), *Setúbal Arqueológica*, 8, pp. 203-219.
- SILVA, Carlos Tavares; SOARES, Joaquina; COELHO-SOARES, Antónia (1992) – Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão).

- Resultados preliminares das escavações de 1988-89, *Setúbal Arqueológica*, 9-10, pp. 335-374.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2012) – *As «Marcas de Oleiro» na Terra Sigillata e Circulação dos Vasos na Península de Lisboa*, Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- SOUSA, Elisa; ARRUDA, Ana Margarida (2014) – A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos), *Onoba*, 2, pp. 55-91.
- SOUSA, Elisa; PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida (2019) – O serviço de mesa de época romana republicana de Monte Molião (Lagos, Portugal), in *Opera fictiles: Estudios transversales sobre cerámicas antiguas de la Península Ibérica*, Madrid: Ediciones Ergástula, 357-368.
- TEICHNER, Félix (2006) – Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos, *Setúbal Arqueológica*, 13, pp. 69-82.
- TEICHNER, Félix (2008) – *Zwischen Land und Meer/Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien* (Studia Lusitana 3), Mérida.
- TORTORELLA, Stefano (1981a) – “Ceramica da cucina”. *Atlante delle forme ceramiche I, ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (medio e tardo impero)*, Roma, pp. 208-227.
- TORTORELLA, Stefano (1981b) – Ceramica di produzione africana e rinvenimenti archeologici sottomarini della media e tarda età imperiale: Analisi de i dati contribuiti reciproci, *Mélanges de l'École Française de Rome - Antiquité*, 93, pp. 355-380.
- VIEGAS, Catarina (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos e Memórias 3), Lisboa.
- VIEGAS, Catarina (2014) – Terra Sigillata Imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal), *Rei Cretaria Romanae Fautores Acta*, 44, pp. 755-764.
- VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana Margarida (2013) – Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20, in ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coords. – *Arqueologia em Portugal, 150 depois* (Lisboa 2013), Lisboa, pp. 727-735.
- VIEGAS, Catarina; DINIZ, Tânia (2010) – Pedras d’el Rei (Tavira): *villa suburbana de Balsa*, *Xelb*, 10/11, pp. 235-252.

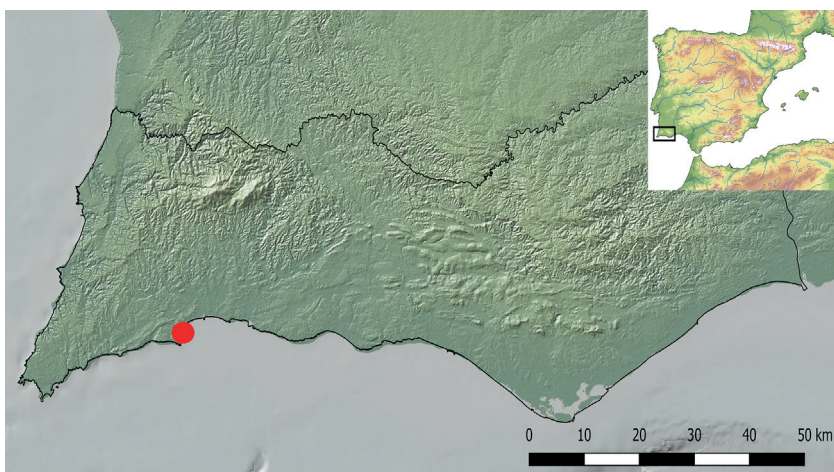


FIG. 1 – *Localização de Monte Molião, Lagos (Portugal),
no Algarve e na Península Ibérica.*

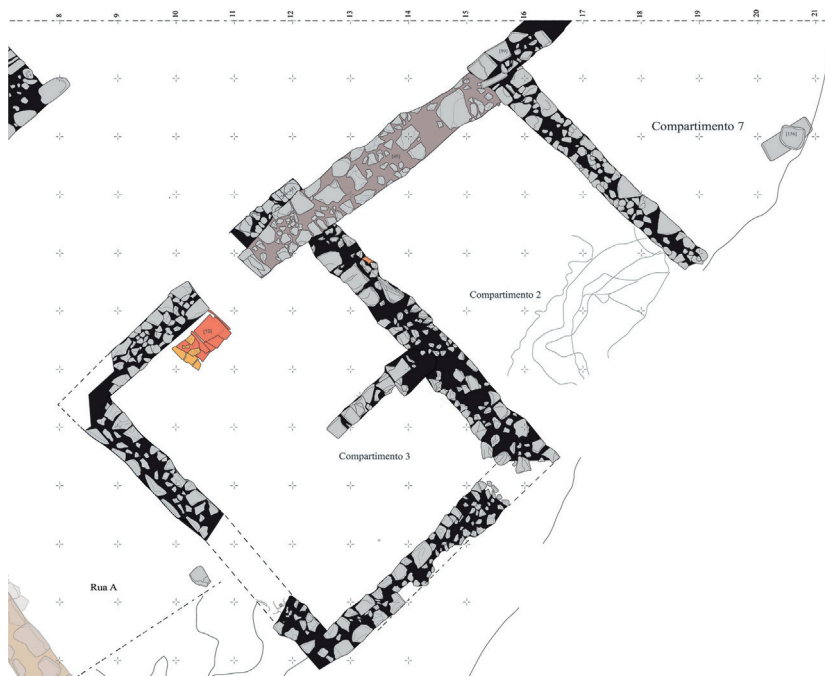


FIG. 3 – Pormenor da planta do Sector A, onde é visível que a construção da estrutura [45], a castanho, uniu os compartimentos 3 e 7.



FIG. 4 – Muro do compartimento 1, correspondente à última fase da ocupação de Monte Molião (final do século II).

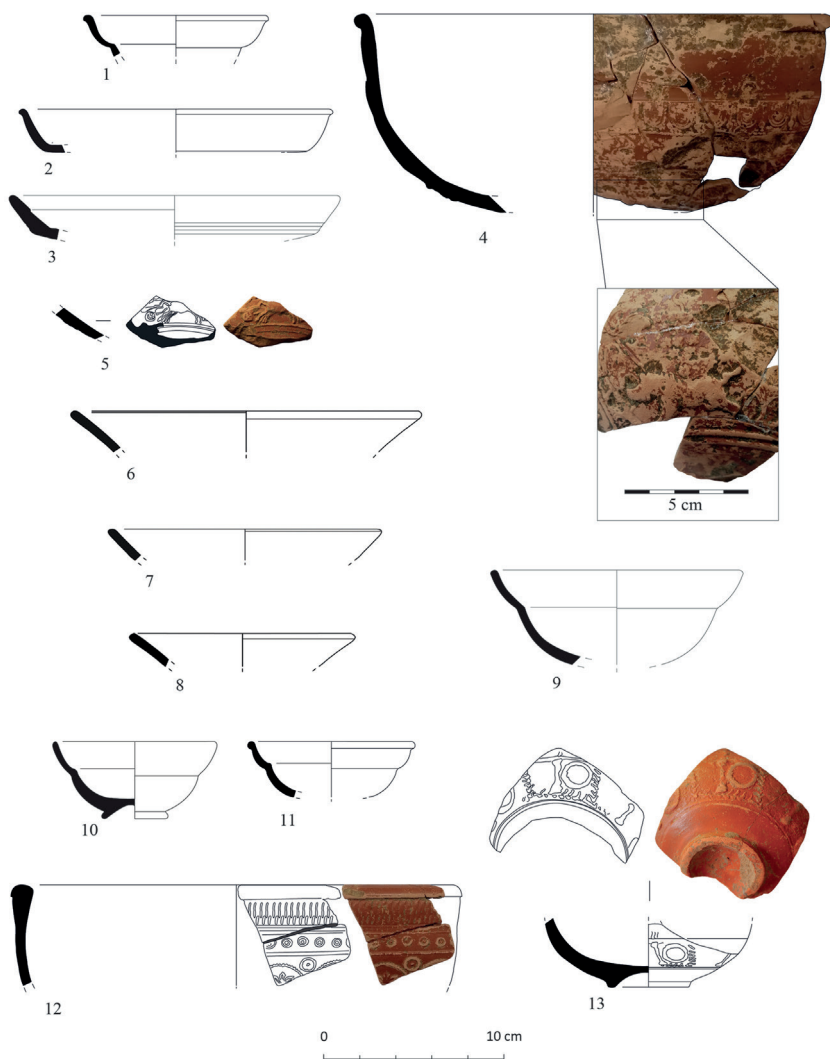


FIG. 5 – TSSG: nº 1 e 11, Drag. 27 (14913, 14915); nº 2, Drag. 18 (14935); nº 3, Drag. 15/17 (29591); nº 4, Drag. 37 (18217); nº 5, indeterminada (13476). TSH: nº 6 - 8, imitação de tipo Peñaflores forma Id de Martinez (14959, 14960 e 14958); nº 9 - 10, Hisp. 27 (6748, s/nº), nº 12, Hisp. 37b (14976); nº 13, Hisp. 29/37 (23250).

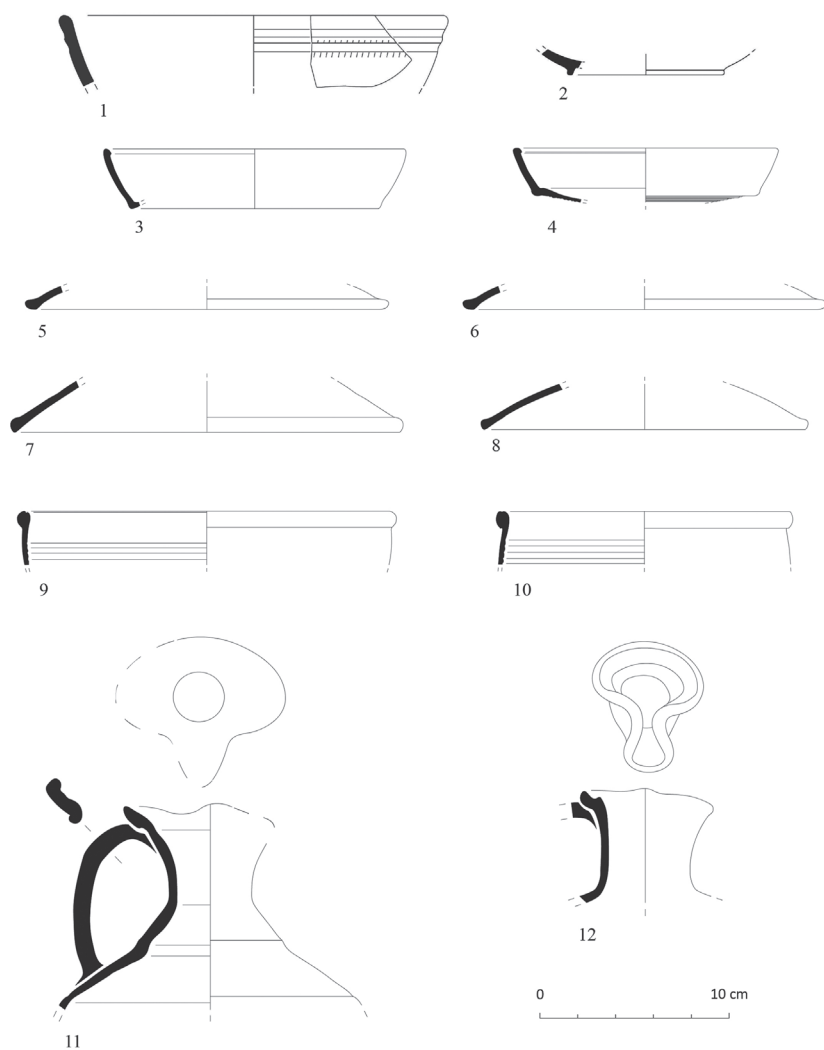


FIG. 6 – TS Africana A: n° 1, Hayes 9 (14887); n° 2, forma indeterminada (14886).
 Cerâmica africana de cozinha: n° 3 - 4, Hayes 23, variante B; n° 5 - 6, Hayes 195;
 n° 7 - 8, Hayes 196, variante A; n° 9 - 10, Hayes 197. Cerâmica caulinítica:
 n° 11 - 12, forma KAOL F1 (18284 e 18289).

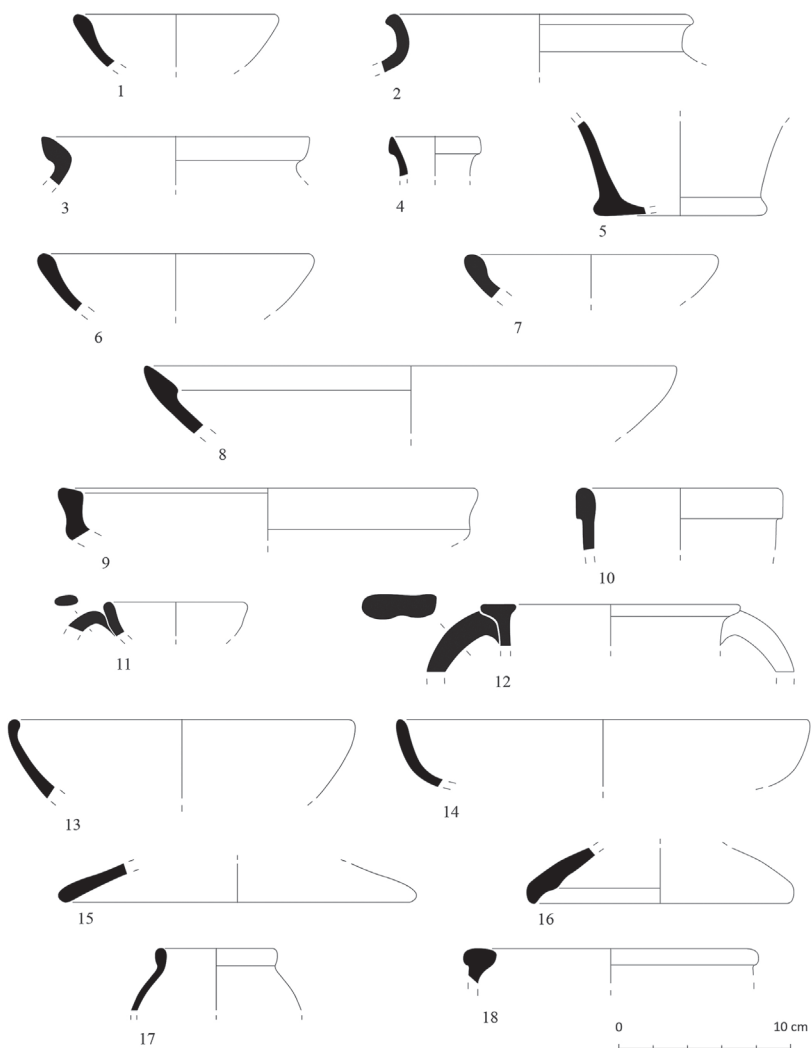


FIG. 7 – Cerâmica Comum da Bética costeira: nº 1 a 5 (respectivamente 13550, 13582, 13581, 13580 e 13601). Cerâmica Comum da bética (Guadalquivir): nº 6 a 12 (13553, 22908, 13548, 22903, 21840, 13528 e 13529). Cerâmica Comum local/regional: nº 13 - 18 (13815, 13798, 13837, 13830, 13805 e 21801).

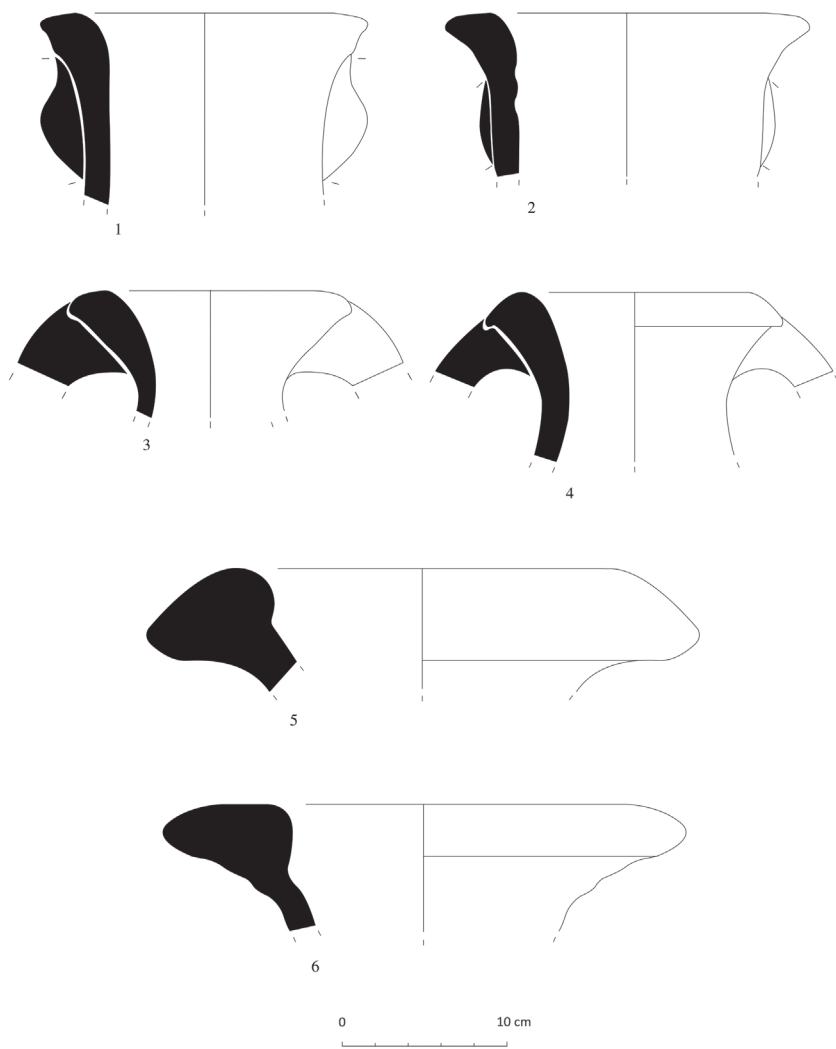


FIG. 8 – Ânforas: n.º 1 e 2, Beltrán IIB da Bética costeira (9083 e 15880);
 Keay XVI béticas (16046 e 8367); Dressel 20 do vale do Guadalquivir
 (14882 e 16443). Adaptado de Arruda e Viegas, 2016.

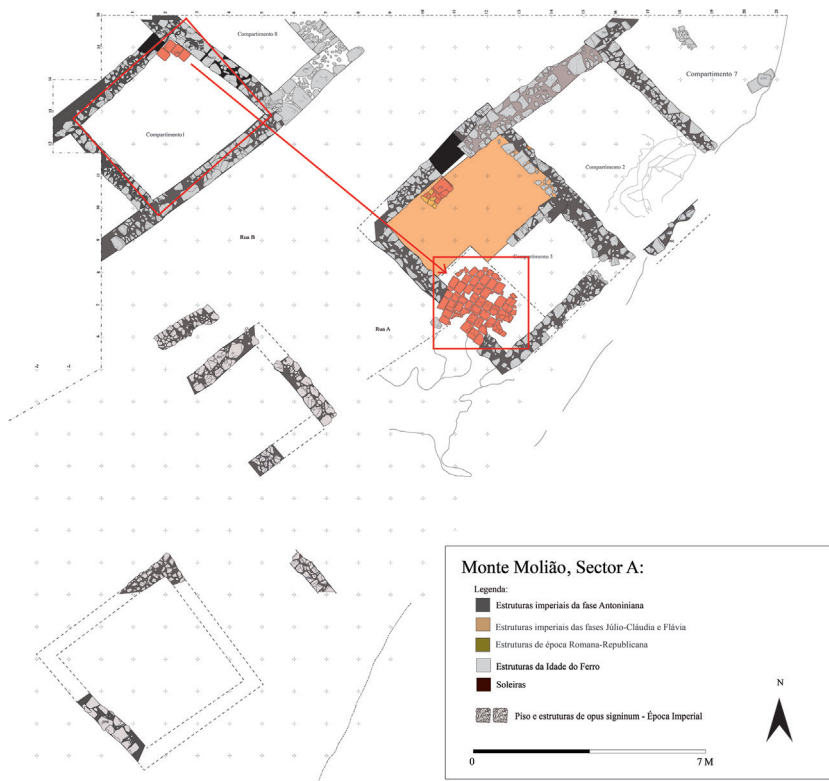


FIG. 9 – Planta das estruturas antoninas, onde é visível o pavimento da segunda fase antonina que se sobrepõe às paredes da primeira.

	Fase antonina I		Fase antonina II	
	Total NFR	Formas ¹	Total NFR	Formas ¹
Ânforas	547	Dressel 20; Beltrán 2B; Dressel 14; Gouloise 3; Keay 16; PE 25	262	Dressel 20; Dressel 14; Beltrán 2B; Gouloise 4; Keay 16; Almagro 50; Beltrán 72
TSSG	657	Drag. 15/17; 16; 18; 24/25; 27; 31; 30; 33; 35/36; 37; Ritt. 8; Herm. 13	466	Drag. 15/17; 18/31; 24/25; 27; 35/36; 37; Ritt. 8; Herm. 13; 25
TSH	273	Drag. 15/17; 18; 27; 30; 33; 35/36; 37; Martinez IC, IIC, IIB, IIIA e IIIB	150	Drag. 15/17; 18; 27; 30; 37
TSACa	49	Hayes 3b; 3c; 6b; 8a; 9a; 9b; 14/17; 28	50	Hayes 3b; 3c; 6a; 8a; 9a; 9b; 14/17;
C.Af.Co.	724	Hayes 23b; 197; 181; 182; 196; Ostia II 310; 312; 314; Sidi Jdidi 3	697	Hayes 23b; 197; 181; 182; 184b; 196; Ostia II
C.Comum	2055	Locais/regionais (tigela; panela; pote; tacho; gr. Recip.; tampa; prato; jarro; alguidar); béticas costeiras (tigela; taça; prato; almofariz; alguidar; bilha; tampa; jarro; pote); béticas Guadalquivir (almofariz; alguidar; tigela; bilha; gr. recip.; tampa; púcaro; pote)	1323	Locais/regionais (tigela; panela; pote; tacho; gr. Recip.; tampa; prato; jarro; alguidar); béticas costeiras (tigela; taça; prato; almofariz; alguidar; bilha; tampa; jarro; pote); béticas Guadalquivir (almofariz; alguidar; tigela; bilha; gr. recip.; tampa; púcaro; pote)
P.Finas	72	Mayet XXXVII/VIII; Divers II;	32	Mayet XXXVII/VIII;
Caulínítica	20	KAOL F1	13	KAOL F1
Lucernas	53	Dr-Lamb. 5; 11/14; 16; 19; Deneauve XC; Riotinto-Aljustrel	30	Dr-Lamb. 11/14; 19

¹ As formas incluídas neste campo não contemplam os tipos que correspondem a intruções, materiais residuais ou fragmentos amorfos, ainda que estejam contabilizados no total de NFR

FIG. 10 – *Quantificação e distribuição das formas nos estratos das duas fases antoninas identificadas.*